

IMPLEMENTAÇÃO DA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ATENDIMENTO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Neimar Oliveira das Dores

Instituto Benjamin Constant
cncurso@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-1014-9944>

Felipe Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
lipenata17@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-4442-1329>

RESUMO

Este artigo relata a experiência de implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Departamento Atendimento Educacional Especializado (DAEE) colégio de aplicação da UERJ (CAP-UERJ) entre setembro e dezembro de 2023. O objetivo foi desenvolver um Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) para uma aluna com deficiência intelectual, atendendo suas necessidades específicas e promovendo sua inclusão no ambiente escolar. A metodologia adotada começou com um diagnóstico detalhado da aluna, seguido pela elaboração do PDI, que estabeleceu estratégias personalizadas de aprendizagem. Durante as sessões de AEE, a aluna participou de atividades variadas, como jogos pedagógicos e exercícios de leitura, que estimularam seu desenvolvimento cognitivo e social. A colaboração com os professores da sala regular foi essencial para garantir que as adaptações necessárias fossem feitas no ambiente escolar. O envolvimento da família também se mostrou crucial, com reuniões periódicas para discutir o progresso e ajustar as estratégias conforme necessário. Os resultados demonstraram avanços significativos nas habilidades de leitura e escrita da aluna, além de um aumento na confiança nas interações com os colegas. A inclusão nas atividades da sala de aula e a participação em projetos coletivos foram notáveis. Essa experiência evidenciou a eficácia das salas de recursos multifuncionais na promoção da educação inclusiva, destacando a importância de uma abordagem centrada no aluno. Conclui-se que práticas inclusivas, como as vivenciadas, podem ser replicadas em outras instituições, promovendo uma educação mais equitativa e acessível.

Palavras-chave: educação inclusiva; deficiência intelectual; salas de recursos multifuncionais.

IMPLEMENTATION OF SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE IN ADDRESSING INTELLECTUAL DISABILITY: A CASE STUDY

ABSTRACT

This article reports on the experience of implementing Specialized Educational Attendance (AEE) at the Specialized Educational Attendance Department (DAEE) of the UERJ Application School (CAP-UERJ) from September to December 2023. The objective was to develop an Individualized Development Plan (PDI) for a student with intellectual disabilities, addressing her specific needs and promoting her inclusion in the school environment. The adopted methodology began with a detailed diagnosis of the student, followed by the creation of the PDI, which established personalized learning strategies. During AEE

sessions, the student engaged in various activities, such as educational games and reading exercises, which stimulated her cognitive and social development. Collaboration with regular classroom teachers was essential to ensure that necessary adaptations were made in the school environment. Family involvement also proved crucial, with periodic meetings to discuss progress and adjust strategies as needed. Results showed significant advances in the student's reading and writing skills, as well as increased confidence in interactions with peers. Inclusion in classroom activities and participation in collective projects were notable. This experience highlighted the effectiveness of multifunctional resource rooms in promoting inclusive education, emphasizing the importance of a student-centered approach. It is concluded that inclusive practices, as experienced, can be replicated in other institutions, fostering a more equitable and accessible education.

Keywords: inclusive education; intellectual disability; multifunctional resource rooms.

IMPLEMENTACIÓN DE LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA EN EL ATENDIMIENTO DE LA DISCAPACIDAD INTELECTUAL: UN RELATO DE EXPERIENCIA

RESUMEN

Este artículo relata la experiencia de implementación de la Atención Educativa Especializada (AEE) en el Departamento de Atención Educativa Especializada (DAEE) del Colegio de Aplicación de la UERJ (CAP-UERJ) entre septiembre y diciembre de 2023. El objetivo fue desarrollar un Plan de Desarrollo Individualizado (PDI) para una estudiante con discapacidad intelectual, atendiendo sus necesidades específicas y promoviendo su inclusión en el entorno escolar. La metodología adoptada comenzó con un diagnóstico detallado de la estudiante, seguido por la elaboración del PDI, que estableció estrategias personalizadas de aprendizaje. Durante las sesiones de AEE, la estudiante participó en diversas actividades, como juegos pedagógicos y ejercicios de lectura, que estimularon su desarrollo cognitivo y social. La colaboración con los profesores de la sala regular fue esencial para garantizar que se hicieran las adaptaciones necesarias en el entorno escolar. La participación de la familia también resultó crucial, con reuniones periódicas para discutir el progreso y ajustar las estrategias según fuera necesario. Los resultados mostraron avances significativos en las habilidades de lectura y escritura de la estudiante, así como un aumento en la confianza en las interacciones con sus compañeros. La inclusión en las actividades del aula y la participación en proyectos colectivos fueron notables. Esta experiencia evidenció la eficacia de las salas de recursos multifuncionales en la promoción de la educación inclusiva, destacando la importancia de un enfoque centrado en el alumno. Se concluye que las prácticas inclusivas, como las vividas, pueden replicarse en otras instituciones, promoviendo una educación más equitativa y accesible.

Palabras clave: educación inclusiva; discapacidad intelectual; salas de recursos multifuncionales.

1 INTRODUÇÃO

A verdadeira educação é aquela que vai ao encontro da criança para realizar a sua libertação — Maria Montessori.

A Educação Especial no Brasil possui uma trajetória histórica extensa, remontando ao período imperial com a criação das primeiras instituições especializadas para cegos e surdos. Essa história é inegavelmente influenciada pelo movimento europeu do século XVI, que abordava as deficiências físicas e mentais sob uma perspectiva médica. Como menciona Vygotsky (2009, p. 40), "se a vida ao seu redor não o coloca diante de desafios, se as suas reações comuns e hereditárias estão em equilíbrio com o mundo circundante, então não haverá base alguma para a emergência da criação." As raízes desse movimento foram cuidadosamente moldadas pelas ações da administração imperial de D. Pedro II até os dias contemporâneos. Este contexto histórico fornece um pano de fundo significativo para compreender a evolução da Educação Especial no Brasil, com foco especial na criação e desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Historicamente, as primeiras instituições voltadas para a educação de indivíduos com deficiências surgiram em resposta a um paradigma que via essas condições como deficiências a serem corrigidas. Essa visão reducionista muitas vezes ignorava as potencialidades dos alunos, levando a um modelo educacional que segregava e limitava. O movimento europeu de educação especial influenciou fortemente essa percepção, promovendo uma abordagem medicalizada que ainda ressoa em algumas práticas contemporâneas. Vygotsky (2009) argumenta que "na base da criação há sempre uma inadaptação da qual surgem necessidades, anseios e desejos." Essa ideia de inadaptação não deve ser vista como uma limitação, mas sim como um ponto de partida para a construção de novas estratégias educacionais que atendam às necessidades individuais.

A influência do movimento europeu, que via as deficiências sob uma perspectiva médica, se entrelaça com as ações da administração imperial, dando origem às primeiras instituições especializadas para cegos e surdos. Essa trajetória histórica estabelece o cenário crucial para a experiência detalhada no AEE, destacando os desafios e metas relacionados à inclusão de alunos com deficiência intelectual. O AEE surge como uma resposta necessária às demandas contemporâneas por inclusão e equidade no ambiente escolar, buscando transformar o sistema educacional para que todos os alunos, independentemente de suas limitações, possam ter acesso a uma educação de qualidade.

Neste relato, objetivamos desenvolver um Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) para uma aluna com deficiência intelectual, atendendo suas necessidades específicas e promovendo sua inclusão no ambiente escolar. Para tanto, ofereceremos uma experiência minuciosa do Atendimento Educacional Especializado (AEE), concentrando-se na inclusão de uma aluna com deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental. Seguindo a abordagem participativa e apoiados nos estudos de Vygotsky, enfatizaremos a importância da inadaptação para a criação, destacando o papel ativo da comunidade escolar. Os objetivos claros foram delineados, alinhados com a perspectiva de Vygotsky sobre a criação, buscando promover a leitura autônoma e a escrita correta. Através de uma colaboração intensa entre educadores, alunos e familiares, visamos construir um ambiente educacional que não só acolhe, mas também celebra a diversidade.

No âmbito do AEE, exploramos os desafios desde a diversidade de necessidades de aprendizagem até a importância crítica das salas de recursos multifuncionais na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. As salas de recursos não apenas oferecem suporte pedagógico, mas também representam um espaço seguro onde as crianças podem explorar suas capacidades. Vygotsky (2009) ressalta que a inadaptação é a base da criação, e o texto discutirá minuciosamente os obstáculos relacionados às condições de

baixa visão e déficit de atenção, oferecendo uma visão abrangente das necessidades dos alunos.

Além disso, destacamos a importância da construção de relações de confiança e empatia no AEE, abordando os estigmas sociais e corrigindo equívocos comuns sobre a deficiência. Esse trabalho não é apenas técnico; ele exige sensibilidade e compreensão das dificuldades que alunos e suas famílias enfrentam. Nosso artigo enfatiza, ainda, os desafios emocionais enfrentados pelos educadores do AEE, sublinhando sua função vital na promoção de oportunidades educacionais equitativas para alunos com necessidades especiais. A formação continuada e o apoio psicológico para os educadores são essenciais para garantir que possam desempenhar suas funções com excelência, cuidando também de sua saúde mental.

Assim, esta introdução não apenas contextualiza a necessidade do AEE, mas também propõe um olhar crítico sobre as práticas atuais, desafiando a comunidade educacional a repensar suas abordagens e a abraçar um modelo verdadeiramente inclusivo. Este relato de experiência busca não apenas compartilhar uma prática, mas inspirar outras instituições a adotar e adaptar suas estratégias, promovendo um ambiente onde cada aluno possa se sentir valorizado e capaz de contribuir com suas singularidades. A educação inclusiva não é uma meta a ser alcançada, mas um caminho que deve ser trilhado continuamente, com atenção às necessidades e ao potencial de cada criança.

2 METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é crucial para personalizar as estratégias de aprendizagem, garantindo que atendam às necessidades específicas do aluno (Monteiro, 2015, p. 56).

Neste contexto, a metodologia utilizada na implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi pautada em um relato descritivo, com base em uma abordagem participativa e qualitativa. O objetivo principal foi envolver ativamente a comunidade escolar na identificação e resolução da problemática enfrentada por uma aluna com deficiência intelectual nos anos iniciais de escolarização do ensino fundamental.

A experiência metodológica foi iniciada com a observação cuidadosa de aulas de diferentes professores. Esta etapa envolveu não apenas o professor regente da turma do quarto ano do ensino fundamental, mas também os educadores que atuam na sala de recursos multifuncionais. Além disso, conversas com integrantes do corpo diretivo e administrativo foram essenciais para obter um panorama mais abrangente sobre o perfil da estudante, incluindo informações sobre suas relações familiares e seu comportamento no ambiente escolar. A seguir, detalhes a respeito do processo.

2.1 Planejamento das Ações Pedagógicas

O planejamento das ações pedagógicas foi um elemento central da nossa metodologia, pois foi desenvolvido em colaboração com a estudante. Com o intuito de priorizar melhorias nos aspectos da leitura e escrita, foram estabelecidos objetivos específicos, que incluíam: a) Ler com autonomia e fluência textos curtos, adequados ao seu nível de textualidade; b) Localizar em textos curtos informações pontuais; c) Produzir textos utilizando a grafia correta de palavras conhecidas e de estruturas silábicas dominadas, utilizando letras maiúsculas no início de frases e em substantivos próprios, além de segmentar palavras e aplicar a pontuação correta; d) Reler os textos produzidos, com a mediação do professor, para realizar cortes, acréscimos e reformulações necessárias.

Esses objetivos foram cuidadosamente planejados para promover um aprendizado significativo e adaptado às necessidades da aluna. A escolha por textos curtos e adequados ao nível de textualidade visou garantir que a estudante pudesse ter experiências de leitura bem-sucedidas, fortalecendo sua confiança e sua habilidade de compreensão.

2.2 Abordagem Lúdica

A execução das atividades foi realizada na sala de recursos multifuncionais, onde utilizamos materiais lúdicos, jogos e desenhos, além de contações de histórias. Essa abordagem se mostrou essencial, uma vez que a aluna inicialmente apresentava timidez e pouca interação nas atividades mais tradicionais. A introdução de atividades lúdicas, que envolviam elementos pictóricos e narrativas, revelou-se fundamental para despertar seu interesse e engajamento.

Como enfatiza Vygotsky (2003, p. 78), "a cultura é o meio, o ambiente em que as crianças fazem suas descobertas, constroem suas próprias categorias, elaboram teorias e, finalmente, fazem ciência". Essa perspectiva cultural e social da aprendizagem foi incorporada nas atividades, pois visamos criar um ambiente onde a aluna pudesse explorar, questionar e construir conhecimentos de maneira autônoma.

2.3 Elaboração do PDI

Ao iniciar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), a equipe pedagógica se reuniu para elaborar estratégias que abordassem a leitura de diferentes formas. Em todos os espaços disponíveis — sala de aula regular, sala de leitura e sala de recursos — foram planejadas atividades que estimulassem a estudante a explorar os recursos e ferramentas oferecidos. A aplicação do conceito de Desenho Universal de Aprendizagem foi crucial nesse processo.

Santos (2018, p. 78) destaca que "as salas de recursos multifuncionais desempenham um papel central na promoção da inclusão, oferecendo suporte especializado e recursos adaptados para alunos com deficiência". Este suporte se reflete em uma abordagem que não apenas considera as dificuldades da aluna, mas que também promove sua autonomia e sua capacidade de aprender junto a seus colegas.

2.4 Integração com a Comunidade Escolar

Um aspecto relevante da metodologia foi a inclusão da família no processo educativo. Realizamos adaptações pedagógicas que promoveram a socialização da aluna com seus colegas e discussões sobre a inclusão escolar que envolveram todos os membros da comunidade escolar. As interações com os familiares foram essenciais para entender melhor as dinâmicas da aluna em casa, já que relatos familiares indicavam uma grande dependência das atividades de leitura fora do ambiente escolar.

No planejamento pedagógico, a temática da inclusão e da deficiência intelectual foi amplamente discutida. Foram abordados conceitos, características, possibilidades e sugestões pedagógicas. Além disso, conversas individuais com os professores regentes da sala da aluna foram conduzidas para identificar quais adaptações poderiam ser implementadas para um trabalho complementar na Sala de Recursos Multifuncionais. Essas conversas permitiram um diálogo aberto sobre a deficiência, suas limitações e estratégias para mitigá-las.

2.5 A Importância do Diálogo e da Empatia

A construção de um ambiente de confiança e empatia foi fundamental ao longo de todo o processo. O diálogo aberto com os colegas da aluna durante as atividades foi incentivado, criando um espaço onde as diferenças eram discutidas de forma construtiva. Essa abordagem não apenas ajudou a desmistificar preconceitos e estigmas sociais em relação à deficiência, mas também promoveu uma maior compreensão e solidariedade entre os alunos.

Os educadores enfrentaram desafios emocionais ao lidarem com a inclusão, sendo necessário um esforço contínuo para manter a motivação e a positividade no ambiente escolar. É importante ressaltar que a função do educador vai além da mera transmissão de conhecimentos; trata-se também de promover oportunidades equitativas de aprendizado para todos os alunos, respeitando suas individualidades e potencialidades.

2.6 Reflexões sobre a Inclusão

A experiência vivenciada na elaboração e execução do PDI evidenciou que a inclusão não é um processo linear, mas sim uma jornada contínua de aprendizagem, adaptação e evolução. Cada aluno traz consigo um conjunto único de habilidades e desafios, e é essencial que as práticas pedagógicas sejam flexíveis e adaptáveis às necessidades de cada um.

A importância de um trabalho colaborativo entre educadores, familiares e a comunidade escolar como um todo é um ponto que merece destaque. Ao unir esforços e conhecimentos, é possível criar um ambiente mais inclusivo, onde todos os alunos têm a oportunidade de se desenvolver plenamente. O compromisso com a inclusão deve ser uma responsabilidade compartilhada, pois todos têm a contribuir para um ambiente educacional que respeite e valorize as diferenças.

A implementação do Atendimento Educacional Especializado, através de um Plano de Desenvolvimento Individual, demonstrou ser uma estratégia eficaz na promoção da inclusão de alunos com deficiência intelectual. A metodologia participativa adotada permitiu não apenas o envolvimento da aluna, mas também de sua família e da comunidade escolar.

Os resultados observados, incluindo a melhoria das habilidades de leitura e escrita da aluna, ressaltam a importância de práticas educacionais que considerem as especificidades de cada estudante. Assim, podemos afirmar que a educação inclusiva, quando fundamentada em uma abordagem centrada no aluno, não apenas beneficia aqueles que necessitam de apoio adicional, mas enriquece a experiência educacional de todos os alunos, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As salas de recursos multifuncionais desempenham um papel crucial na promoção da educação inclusiva, representando espaços dedicados a oferecer suporte educacional especializado e personalizado a alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Esses ambientes visam garantir o acesso igualitário à educação, permitindo que todos os alunos permaneçam nas escolas regulares, promovendo, assim, um ambiente inclusivo e equitativo.

O atendimento nessas salas é caracterizado por uma abordagem altamente individualizada, que leva em consideração as particularidades e necessidades exclusivas de cada aluno. Profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos e fonoaudiólogos, desempenham um papel significativo ao prover suporte técnico e pedagógico, contribuindo para a construção de estratégias adaptadas e eficazes. Essa colaboração multidisciplinar é fundamental, pois cada aluno traz consigo um conjunto único de desafios e potencialidades que requerem uma resposta educativa ajustada.

Além disso, as salas de recursos multifuncionais oferecem uma ampla gama de recursos educacionais, desde materiais adaptados até tecnologias assistivas, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem. Esses recursos podem incluir softwares educativos, jogos pedagógicos, livros em formatos acessíveis e ferramentas de comunicação alternativa. Contudo, é relevante destacar que, mesmo diante dessas alternativas, a equipe multidisciplinar envolvida observou uma tendência mais favorável ao desenvolvimento das atividades em sala regular.

"A abordagem centrada no aluno, como proposta no PDI, encontra respaldo nas palavras de Paulo Freire, que afirmou que 'a educação verdadeira não se limita à transmissão de conhecimentos; ela visa à formação integral dos indivíduos, considerando suas singularidades e potencialidades.'"

Os professores responsáveis pelas atividades nas salas de recurso compartilharam experiências positivas relacionadas a iniciativas mais integradas a outros grupos de estudantes. Inicialmente concebidas para atender à aluna-alvo do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), essas práticas mostraram-se benéficas não apenas para os estudantes com deficiência intelectual, mas também para os demais participantes do processo educacional. A interação entre alunos de diferentes capacidades favoreceu a construção de um ambiente colaborativo e solidário, onde o aprendizado se tornou uma experiência compartilhada.

A validação desse resultado ocorreu mediante testes do produto educacional em outros casos no mesmo ambiente escolar, evidenciando a replicabilidade dos resultados e a eficácia das práticas inclusivas. Esse aspecto é crucial, pois a implementação de práticas que podem ser aplicadas a diferentes contextos e alunos torna a educação inclusiva não apenas uma possibilidade, mas uma realidade tangível.

No cenário nacional da Educação que prevê maior inclusão e práticas mais centradas no estudante, propostas que se opõem à inclusão não só ameaçam o acesso à educação de milhões de jovens, mas também comprometem o desenvolvimento pleno deles, preparando-os para a vida adulta independente. O retrocesso a modelos de segregação e integração empobrece a qualidade da educação no Brasil, limitando o pleno desenvolvimento das capacidades da comunidade escolar.

Importante destacar que a inclusão não deve ser vista apenas como uma resposta a necessidades específicas, mas como uma filosofia educacional que deve permear todo o ambiente escolar. A criação de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos não só beneficia os alunos com necessidades especiais, mas também contribui para a formação de uma comunidade escolar mais diversificada, tolerante e enriquecedora para todos os seus membros.

Ademais, as práticas inclusivas têm impactos positivos nas relações interpessoais entre os alunos. O convívio diário entre estudantes com diferentes habilidades e características promove empatia e compreensão, preparando todos os alunos para a convivência em uma sociedade plural. Essa convivência é essencial para a construção de uma cultura de respeito e valorização das diferenças, onde cada indivíduo é reconhecido por suas singularidades e contribuições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões em torno da inclusão também devem considerar o papel da família. O engajamento dos pais e responsáveis é vital para o sucesso das estratégias de inclusão. A participação ativa da família na educação dos filhos, especialmente daqueles com deficiência, pode potencializar os resultados do AEE e do PDI. A formação de parcerias entre a escola e a família promove um suporte integral que beneficia o desenvolvimento do aluno, facilitando a transição entre os ambientes escolar e familiar.

Além disso, é fundamental capacitar os educadores para lidar com a diversidade em sala de aula. A formação continuada dos professores é uma estratégia crucial para que possam implementar práticas inclusivas de forma efetiva. Através de cursos, workshops e troca de experiências, os educadores se tornam mais preparados para atender às diferentes necessidades de seus alunos, desenvolvendo um olhar mais atento e sensível às particularidades de cada um.

Por outro lado, a gestão escolar também desempenha um papel significativo na promoção da inclusão. Políticas públicas que garantam recursos e suporte para a formação de equipes multidisciplinares e a criação de salas de recursos são essenciais. É necessário que as instituições de ensino sejam vistas como espaços de formação integral, onde a inclusão é parte do ethos educacional.

As experiências compartilhadas nas salas de recursos multifuncionais demonstram que a inclusão não é uma prática isolada, mas sim um processo contínuo que requer o envolvimento de toda a comunidade escolar. É um desafio, mas também uma oportunidade de transformar a educação em um espaço de aprendizado para todos. Cada aluno, independentemente de suas dificuldades, possui potencialidades que, quando estimuladas, podem levar a um desenvolvimento significativo.

Em conclusão, a inclusão educacional deve ser entendida como um direito fundamental, e não como uma concessão. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária passa necessariamente pela educação inclusiva. Ao promover ambientes que acolhem e valorizam a diversidade, estamos contribuindo para um futuro onde todos os indivíduos têm a oportunidade de se desenvolver plenamente, contribuindo ativamente para a sociedade.

A educação inclusiva não deve ser vista como um fim em si, mas como um meio para construir uma sociedade que reconhece e celebra as diferenças. Assim, a escola se torna não apenas um espaço de ensino, mas um ambiente de formação de cidadãos conscientes e solidários, prontos para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**: Lei nº 9.394/1996, que define as bases da educação brasileira e destaca a inclusão de pessoas com deficiência como um dos princípios fundamentais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 de out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE)**: Lei nº 13.005/2014, que estabelece metas e estratégias para a educação no Brasil, incluindo metas relacionadas à inclusão e ao acesso à educação de qualidade para pessoas com deficiência. Disponível em <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRUNER, J. S. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, Contexto: 2002

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: Contexto: 2004

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**: Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS/ SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: UFRGS, 200. Disponível em: Acesso em: 03 nov. 2023.

MAFEZONI, Andressa Caetano; MELO, Douglas Christian Ferrari. O direito de aprender e os alunos público-alvo da educação especial. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 41, nº 78 - jan./abr. 2019. Disponível em <http://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/72664>. Acesso em: 5 nov. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar). Disponível em <https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 5 de nov. 2023.

TOZZONI-REIS, Marilia Freitas de Campos. A pesquisa e a produção de conhecimentos. *In*: Universidade Estadual Paulista. Prograd. **Caderno de Formação**: formação de professores. educação, cultura e desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 3. p.1-38. 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/195/3/01d10a03.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in society**: the development of higher psychological Processes. [s.n. t], 1978.